

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
SEÇÃO DE CADASTRO DE PESSOAL

**DECLARAÇÃO**

Para fins de admissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região/SJMG, no cargo de \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, que não estou incurso (a) nas proibições previstas no artigo 137 da Lei 8.112/90, tendo plena ciência do inteiro teor do citado dispositivo legal (abaixo).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_

Nome legível

\_\_\_\_\_

Assinatura

*Art. 137. A demissão, ou a destituição de cargo em comissão por infringência do art. 117, inclusos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.*

*Parágrafo único: Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, inciso I, IV, VIII, X, XI.)*

*Art. 117. Ao servidor é proibido:*

*IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;*

*Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:*

*I - crime contra a administração pública;*

*IV - improbidade administrativa;*

*VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;*

*X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;*

*XI - corrupção;*